

**PLANTAS MEDICINAIS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PÚBLICO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, CAMPUS IV**

**MEDICINAL PLANTS: AN ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE PUBLIC AT THE
STATE UNIVERSITY OF PARAÍBA, CAMPUS IV**

**PLANTAS MEDICINALES: UN ANÁLISIS DE LA PERCEPCIÓN DEL PÚBLICO EN LA
UNIVERSIDAD ESTATAL DE PARAÍBA, CAMPUS IV**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-029>

Data de submissão: 06/02/2026

Data de publicação: 06/03/2026

Maria Lúcia Maurício da Silva

Doutora em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: eumaria.agronomia@gmail.com

Maria Alany Vieira de Almeida

Bacharela em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: maria.almeida@aluno.uepb.edu.br

Danielly da Silva Lucena

Doutora em Biologia Vegetal

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: botanicadane@gmail.com

Paulo Cássio Alves Linhares

Doutor em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: paulo.uepb.ca@gmail.com

Rayane Nunes Gomes

Doutora em Zootecnia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: rayanegomes21@gmail.com

Mikael da Silva Oliveira

Graduando em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: mikael.oliveira@aluno.uepb.edu.br

Ruth Cristina da Silva

Graduanda em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: ruth.cristina@aluno.uepb.edu.br

Taís Borges da Silva

Graduanda em Agronomia

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UEPB)

E-mail: thaysborgesb55@gmail.com

RESUMO

O uso de plantas medicinais é uma prática que acompanha o ser humano desde os primórdios da civilização, sendo fundamentada no acúmulo de informações repassadas oralmente através de sucessivas gerações. Com isso, objetivou-se nesse estudo conhecer a percepção do público da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) sobre o uso de plantas medicinais. Os dados foram coletados através de questionários aplicados via Google Forms e o público alvo foram alunos e servidores da UEPB. Participaram 70 pessoas, sendo 52,9% do sexo feminino e 47,1% do sexo masculino, com idades entre 18 e 60 anos. Desses, 65,7% cursam ou cursaram uma graduação; 24,3% o ensino médio; 2,9% o doutorado e 2,9% o ensino fundamental. Cerca de 97% afirmaram conhecer alguma planta medicinal e 68,6% fazer uso dessas. As espécies citadas com maior frequência foram *Mentha crisper* L., *Matricaria chamomilla* L., *Melissa officinalis* L., *Cymbopogon citratus* (DC) Stapf e *Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng. As folhas são a parte mais utilizada (65,5%), seguidas por raízes (14,3%), sementes (9,5%), cascas e galhos (7,1%) e flores (3,6%). Em relação à forma de uso, os chás foram os mais citados (78,6%) e, no quesito influência, as mães foram as mais citadas (62%). Portanto, conclui-se que o público da UEPB, Campus IV, conhece e utiliza plantas medicinais para tratar enfermidades. Isso ressalta a importância da valorização do conhecimento tradicional e da necessidade de mais pesquisas para garantir o uso seguro e eficaz dessas plantas.

Palavras-chave: Conhecimento Popular. Espécie Medicinal. Medicina Alternativa.

ABSTRACT

The use of medicinal plants is a practice that has accompanied humankind since the dawn of civilization, based on the accumulation of information passed down orally through successive generations. Therefore, this study aimed to understand the perception of the public at the State University of Paraíba (UEPB) regarding the use of medicinal plants. Data were collected through questionnaires administered via Google Forms, and the target audience was students and staff of the UEPB. Seventy people participated, 52.9% female and 47.1% male, aged between 18 and 60 years. Of these, 65.7% are currently enrolled in or have completed an undergraduate degree; 24.3% in secondary education; 2.9% in a doctoral program; and 2.9% in primary education. Approximately 97% stated they knew of some medicinal plant, and 68.6% used them. The most frequently cited species were *Mentha crisper* L., *Matricaria chamomilla* L., *Melissa officinalis* L., *Cymbopogon citratus* (DC) Stapf, and *Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng. Leaves are the most commonly used part (65.5%), followed by roots (14.3%), seeds (9.5%), bark and branches (7.1%), and flowers (3.6%). Regarding the method of use, teas were the most cited (78.6%), and in terms of influence, mothers were the most cited (62%). Therefore, it can be concluded that the majority of the public at UEPB, Campus IV, knows and uses medicinal plants to treat illnesses. This highlights the importance of valuing traditional knowledge and the need for more research to ensure the safe and effective use of these plants.

Keywords: Popular Knowledge. Medicinal Species. Alternative Medicine.

RESUMEN

El uso de plantas medicinales es una práctica que ha acompañado a la humanidad desde los albores de la civilización, basada en la acumulación de información transmitida oralmente a través de

sucesivas generaciones. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo comprender la percepción del público en la Universidad Estatal de Paraíba (UEPB) con respecto al uso de plantas medicinales. Los datos se recopilieron mediante cuestionarios administrados a través de formularios de google, y el público objetivo fueron estudiantes y personal de la UEPB. Participaron setenta personas, 52,9% mujeres y 47,1% hombres, con edades comprendidas entre 18 y 60 años. De estos, el 65,7% están actualmente matriculados en o han completado una licenciatura; el 24,3% en educación secundaria; el 2,9% en un programa de doctorado; y el 2,9% en educación primaria. Aproximadamente el 97% declaró conocer alguna planta medicinal y el 68,6% las utilizó. Las especies más frecuentemente citadas fueron *Mentha crisper* L., *Matricaria chamomilla* L., *Melissa officinalis* L., *Cymbopogon citratus* (DC) Stapf. y *Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng. Las hojas son la parte más comúnmente utilizada (65.5%), seguida de las raíces (14.3%), las semillas (9.5%), la corteza y las ramas (7.1%) y las flores (3.6%). En cuanto al método de uso, los téis fueron los más citados (78.6%), y en términos de influencia, las madres fueron las más citadas (62%). Por lo tanto, se puede concluir que la mayoría del público de la UEPB, campus iv, conoce y usa plantas medicinales para tratar enfermedades. Esto resalta la importancia de valorar el conocimiento tradicional y la necesidad de más investigación para garantizar el uso seguro y efectivo de estas plantas.

Palabras clave: Conocimiento Popular. Especies Medicinales. Medicina Alternativa.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, os produtos de origem vegetal constituíram a base para o tratamento de diferentes doenças no mundo (Phillips; Gentry, 1993). Nessa perspectiva, planta medicinal é toda aquela que o homem utiliza no seu cotidiano, seja ela cultivada ou silvestre, que tenha alguma substância ou material que possa ser utilizado como medicamento terapêutico (Brasil, 2006).

No mundo, segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), cerca de 80% da população faz uso de medicamentos derivados de plantas medicinais, e desse total, pelo menos 30% receberam indicação médica. No Brasil, pesquisas demonstram que mais de 90% da população já fez uso de alguma planta medicinal (Abifisa, 2007). A riqueza da diversidade vegetal brasileira contribuiu para que a utilização das plantas medicinais seja considerada uma área estratégica para o país, uma vez que cerca de 23% das espécies vegetais existentes em todo o planeta pertencem ao Brasil (Batalha *et al.*, 2007).

O contexto brasileiro demonstra um forte vínculo entre práticas tradicionais e o uso de plantas medicinais. Comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, entre outras, mantêm saberes transmitidos oralmente ao longo de gerações, muitos dos quais foram incorporados ao cotidiano da população. Essa tradição cultural, associada à biodiversidade, motivou a criação de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), que têm como objetivo “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos e promover o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (Brasil, 2016) e que visam regulamentar o uso e estimular a integração entre conhecimentos tradicionais e práticas científicas.

No meio acadêmico é perceptível um crescimento contínuo na quantidade de estudos voltados não apenas à eficácia farmacológica das espécies medicinais, mas também à análise do contexto sociocultural em que essas práticas se desenvolvem, como comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Cursos das áreas da saúde, biológicas e ambientais vêm promovendo ações de extensão, pesquisas etnobotânicas e atividades educativas voltadas para a valorização do conhecimento popular.

A aproximação entre ciência e saberes tradicionais amplia a base de conhecimento existente e promove o uso consciente e responsável das plantas medicinais, favorecendo práticas de cuidado mais humanizadas e sustentáveis. No entanto, quando se decide usar uma planta medicinal, é importante ser capaz de reconhecê-la corretamente, entender quais substâncias químicas ela contém e quais são suas contraindicações, além de saber como administrar a dose certa, a fim de evitar o surgimento de reações adversas ou intoxicações. Nesse contexto, as pessoas mais velhas

frequentemente desempenham um papel fundamental (Thum *et al.*, 2011). De acordo com Marinho, Silva e Andrade (2011) os informantes mais velhos, com o passar dos anos, adquiriram uma habilidade única de reconhecer as plantas, suas características morfológicas e químicas.

Sendo assim, a integração entre saberes populares e evidências científicas pode representar um importante avanço na promoção da saúde pública e no reconhecimento da biodiversidade como patrimônio cultural e terapêutico do país. Diante disso, o objetivo com este estudo foi analisar a percepção do público da Universidade Estadual da Paraíba, Campus IV, sobre o uso de plantas medicinais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada de forma online foi aplicada, exclusivamente, para o público do Campus IV da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizado no Sítio Cajueiro, zona rural de Catolé do Rocha, PB, onde são ofertados os Cursos de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas e em Letras (Português) e o Técnico em Agropecuária nas modalidades integrada e subsequente ao ensino médio.

O referido município está inserido na Microrregião de Catolé do Rocha e Mesorregião do Sertão Paraibano, fazendo divisa com os municípios, também paraibanos, de Belém do Brejo do Cruz, Brejo do Cruz, Riacho dos Cavalos, Jericó e Brejo dos Santos, além dos municípios de Almino Afonso, Patu e João Dias, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte.

A coleta dos dados ocorreu no período de setembro de 2024 a março de 2025, por meio de formulário online, elaborados na plataforma virtual Google Forms, utilizando-se o método indutivo e, como instrumento de pesquisa, foi aplicado um questionário contendo 21 perguntas.

No primeiro contato com os entrevistados foram apresentados o objetivo e a finalidade da pesquisa para que o colaborador participasse voluntariamente, deixando claro que sua participação era livre e espontânea, e que poderiam desistir a qualquer momento. Após a confirmação da disponibilidade em participar, o link do questionário foi enviado via Whats App de forma individual.

Referente à participação de menores de idade na pesquisa, especificamente alunos com idade a partir de 15 anos, foram observados todos os princípios éticos exigidos para estudos com seres humanos. Para garantir a legalidade e a segurança da participação desses indivíduos, foi utilizado um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), devidamente apresentado e assinado pelos seus responsáveis legais. A aplicação do TALE visou assegurar que os responsáveis estivessem cientes dos objetivos da pesquisa e autorizassem, de forma consciente, a participação dos menores. Esse

procedimento seguiu as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a coleta, os dados foram organizados em categorias e tabulados por temática em planilha Microsoft Excel 2016, analisando-os de forma qualitativa e quantitativa, sendo os percentuais calculados em relação ao número de alternativas disponíveis a cada questão formulada e ao número de entrevistados que optaram pela alternativa em foco. As respostas foram analisadas através de estatística descritiva, interpretadas e representadas por meio de tabelas ou de gráficos plotados na plataforma digital Google Forms, dando-se ênfase ao tema do estudo, relacionado a percepções, hábitos e saberes populares sobre o uso de plantas medicinais.

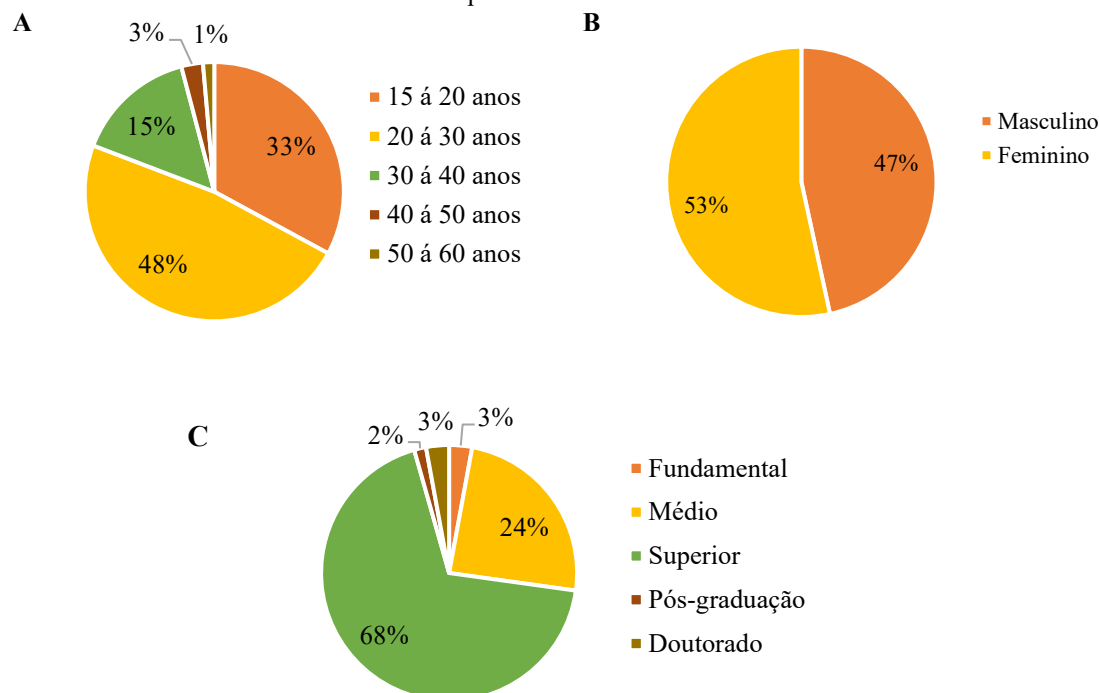
Dessa forma, o estudo adotou uma abordagem mista, utilizando-se técnicas quantitativas para interpretar informações de caráter qualitativo e, consequentemente, enriquecer a compreensão dos dados e contribuir para uma análise mais completa do fenômeno investigado. Além disso, os nomes científicos das espécies citadas pelos participantes foram revisados de acordo com a Lista de Espécies da Flora do Brasil Online (Forzza *et al.*, 2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do perfil dos participantes revelou dados importantes em relação à faixa etária, gênero e nível de escolaridade. Na Figura 1A, observa-se que a maioria dos respondentes (48%) se encontra na faixa etária de 20 a 30 anos, destacando-se em seguida, a faixa etária de 15 a 20 anos, com 33% e, as demais, apresentando percentuais menores: 30 a 40 anos (15%), 40 a 50 anos (3%) e, de 50 a 60 anos, com apenas 1%. Em relação ao gênero dos participantes (Figura 1B), verifica-se uma leve predominância do público feminino, correspondendo a 53% da amostra, enquanto o público masculino representou 47%.

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes (Figura 1C), observou-se que a maioria dos respondentes (68%) cursa ou já concluiu o ensino superior, enquanto 24% declararam está concluindo ou já terem concluído o ensino médio. Já os níveis mais elevados de escolaridade aparecem em menor proporção: 3% afirmaram possuir pós-graduação a nível de especialização ou mestrado e, 2% doutorado. Apenas 3% indicaram o ensino fundamental como o nível mais alto de formação.

Figura 1. Distribuição de faixa etária (A), gênero (B) e nível de escolaridade dos participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais.

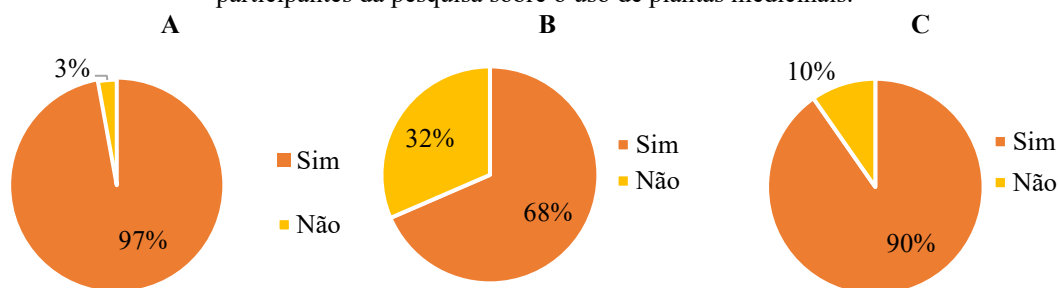


Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os dados indicam um público com nível elevado de instrução, o que, provavelmente, influencia sua compreensão e posicionamento em relação aos temas da pesquisa. A experiência predominante no ensino superior sugere acesso ampliado à informação, além de uma capacidade crítica e analítica que contribui para a confiabilidade dos dados obtidos.

Ao serem questionados sobre plantas medicinais, cerca de 97% dos participantes afirmaram conhecer alguma planta medicinal, enquanto apenas 3% relataram não possuir tal conhecimento (Figura 2A). Quanto ao uso, 68% dos participantes relataram fazer uso de alguma planta medicinal, enquanto 32% afirmaram que não utilizam (Figura 2B). Porém, observa-se que, entre aqueles que não fazem uso atualmente, 90% já utilizaram em algum momento da vida, o que reforça a ideia de que as plantas medicinais são amplamente conhecidas e, em certa medida, experimentadas pela população (Figura 2C).

Figura 2. Distribuição do conhecimento (A), do uso atual (B) e do histórico de uso (C) de plantas medicinais pelos participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

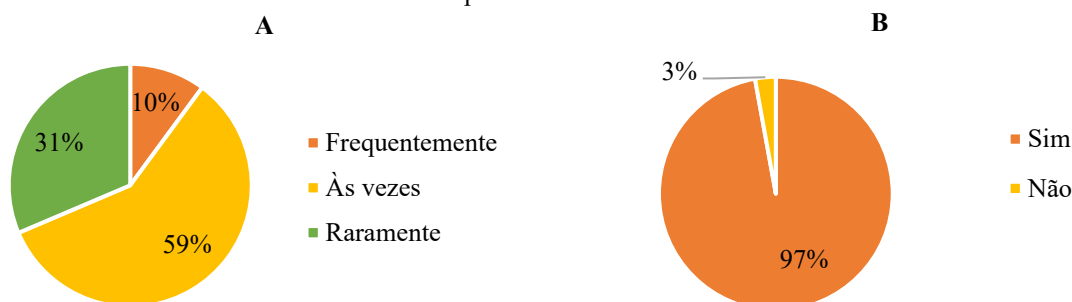
Estes resultados evidenciam o elevado percentual de acadêmicos que conhecem plantas medicinais e apontam para a permanência e valorização do conhecimento tradicional, mesmo em ambientes de formação técnico-científica. Além disso, pode-se inferir que no meio acadêmico há uma abertura para práticas terapêuticas alternativas e complementares, o que vai ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2015), que estimula a integração de terapias naturais à saúde convencional.

O baixo percentual (3%) de participantes que afirmaram não conhecer plantas medicinais pode estar relacionado a fatores como a urbanização ou a priorização exclusiva de práticas biomédicas, conforme discutido por Oliveira; Andrade e Lima (2017). No entanto, a predominância do conhecimento indica que, mesmo com o avanço tecnológico e científico, o uso de plantas medicinais continua sendo percebido como uma prática válida e relevante.

Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que o uso de plantas medicinais, muitas vezes, ocorre de forma intermitente, relacionado a condições específicas de saúde do indivíduo (Panizza, 2015). Além disso, o abandono do uso pode ser explicado pela urbanização e pela crescente confiança na medicina convencional (Lorenzi; Matos, 2002).

Quando questionados sobre a frequência de uso, a maioria dos participantes (59%) afirmou utilizar plantas medicinais ocasionalmente, 31% raramente e apenas 10% frequentemente (Figura 3A). A grande maioria dos participantes (97%) afirmou sentir alguma diferença após o uso de plantas medicinais, enquanto apenas 3% relataram não perceber qualquer efeito (Figura 3B).

Figura 3. Frequência de uso (A) e percepção dos efeitos do uso (B) entre os participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Esses resultados sugerem que, embora o uso de plantas medicinais seja comum, este se dá, majoritariamente, em situações pontuais, provavelmente relacionadas a sintomas leves ou específicos. Os dados são expressivos e indicam um alto grau de percepção de eficácia por parte dos usuários. Essa percepção positiva pode ser interpretada como um reflexo da confiança cultural e tradicional depositada no uso das plantas medicinais. Muitos entrevistados podem associar os efeitos percebidos não apenas a resultados fisiológicos objetivos, mas também ao componente subjetivo da experiência, o que inclui fatores como alívio simbólico, sensação de cuidado ou bem-estar proporcionado pelo ritual do uso da planta (Silva; Silva, 2021).

Além disso, esses resultados indicam uma possível lacuna entre as práticas populares e o sistema de saúde formal. A maioria dos usuários relata benefícios, o que evidencia o valor que essas práticas possuem dentro do contexto sociocultural local (Patrício *et al.*, 2022).

Quando questionados sobre a finalidade do uso (Tabela 1), a maioria dos participantes relatou utilizar plantas para tratar problemas intestinais (24,5%), seguido por gripes e resfriados (20,8%), com finalidade anti-inflamatória (15,1%), calmante (13,2%), para alívio de dores diversas (13,2%), tratamento capilar (7,5%) e machucados (5,7%).

Tabela 1. Finalidade do uso das plantas medicinais pelos participantes da pesquisa.

Finalidade do uso das plantas medicinais	Frequência (%)
Problemas intestinais	24,5
Gripe	20,8
Anti-inflamatório	15,1
Dores diversas	13,2
Calmante	13,2
Tratamento capilar	7,5
Machucados	5,7

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Na Tabela 2 encontram-se as principais plantas medicinais citadas pelos participantes da pesquisa, com seus respectivos nomes científicos e famílias botânicas. Essa lista foi organizada em

ordem decrescente, conforme a frequência de citação pelos participantes e, os nomes científicos foram conferidos pelo site Flora do Brasil 2020.

Tabela 2. Plantas medicinais citadas pelos participantes da pesquisa, com seus respectivos nomes científicos e famílias botânicas e, a frequência em que foram citadas.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Frequência (%)
Hortelã	<i>Mentha crispa</i> L.	Lamiaceae	19,5
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Lamiaceae	15,3
Camomila	<i>Matricaria recutita</i> L. Rauschert.	Asteraceae	14,4
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae	12,7
Capim santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf	Poaceae	9,3
Malvarisco	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng	Lamiaceae	8,5
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Apiaceae	5,9
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	Asphodelaceae	5,9
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	4,2
Alecrim	<i>Salvia rosmarinus</i> Schleid	Lamiaceae	4,2

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Essa ordenação permite identificar quais espécies possuem maior representatividade no uso popular, revelando preferências culturais e padrões de cuidado tradicionais dentro da comunidade estudada. A análise em relação a essas plantas medicinais revela um amplo conhecimento tradicional sobre espécies vegetais com propriedades terapêuticas. Observa-se a predominância de plantas amplamente conhecidas no contexto popular, como hortelã, boldo, camomila, erva-cidreira e capim-santo, o que demonstra a persistência e valorização do saber empírico transmitido entre gerações.

A *Mentha crispa* L. (Lamiaceae) popularmente conhecida como hortelã é caracterizada por suas folhas onduladas ou enroladas e aroma distinto, sendo uma planta perene e aromática (Almeida, 1993). Provavelmente, foi mencionada por ser tradicionalmente empregada no alívio de sintomas gastrointestinais e respiratórios, devido às suas propriedades digestivas, antiespasmódicas e descongestionantes. Já o boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews) é comumente utilizado como hepatoprotetor e digestivo, sendo uma das plantas mais associadas ao tratamento de distúrbios intestinais, o que corrobora os dados apresentados na tabela anterior.

A presença da camomila [*Matricaria recutita* (L.) Rauschert] e da erva-cidreira (*Melissa officinalis* L.) indica o uso frequente de plantas com propriedades calmantes e ansiolíticas, refletindo o papel da fitoterapia na regulação emocional e no alívio da insônia e da ansiedade (Martins *et al.*, 2000). Ainda de acordo com esses autores, o capim-santo [*Cymbopogon citratus* (DC) Stapf] também é amplamente reconhecido por seu efeito calmante e levemente analgésico, sendo utilizado em infusões para relaxamento e controle de dores leves.

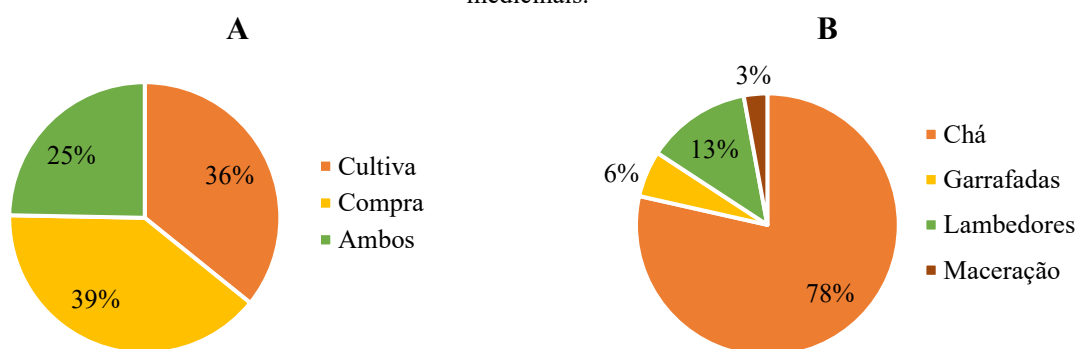
Outras espécies mencionadas, como o malvarisco [*Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng] e a erva-doce (*Pimpinella anisum* L.) são comumente empregadas para alívio de tosse, gases e cólicas.

A babosa [*Aloe vera* (L.) Burm. f.], por sua vez, destaca-se por suas propriedades cicatrizantes, hidratantes e regeneradoras, sendo frequentemente usada em tratamentos capilares e de lesões cutâneas (Freitas; Rodrigues; Gaspi, 2014). O mastruz [*Chenopodium ambrosioides* (Lour.) Spreng] aparece como uma planta versátil, tradicionalmente utilizada no tratamento de verminoses, contusões e inflamações. Já a espécie *Salvia rosmarinus* Schleid, conhecida como alecrim, possui ação anti-inflamatória, antioxidante e estimulante, sendo empregado tanto na culinária quanto em preparações medicinais (Lorenzi; Matos, 2006).

Essa variedade de espécies citadas reforça a importância do conhecimento popular na manutenção da saúde, sobretudo em comunidades com acesso limitado à medicina convencional. Além disso, evidencia a relevância de estudos etnobotânicos para a valorização e preservação desses saberes, bem como para a possível validação científica de suas aplicações terapêuticas.

Com relação à forma de obtenção dessas plantas medicinais (Figura 4A), observou-se que 39% dos entrevistados costumam comprá-las, 36% as cultivam, e 25% fazem ambas as práticas. Esse cenário indica uma relação equilibrada entre a autonomia no cultivo doméstico e o acesso facilitado por meio da compra em feiras, mercados locais ou de fornecedores informais. Já em relação às formas de preparo relatadas pelos participantes, o chá se destacou com 78% das respostas, seguido por lambedor (13%), garrafada (6%) e maceração (3%) (Figura 4B).

Figura 4. Formas de obtenção (A) e de preparo (B) para uso, pelos participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais.



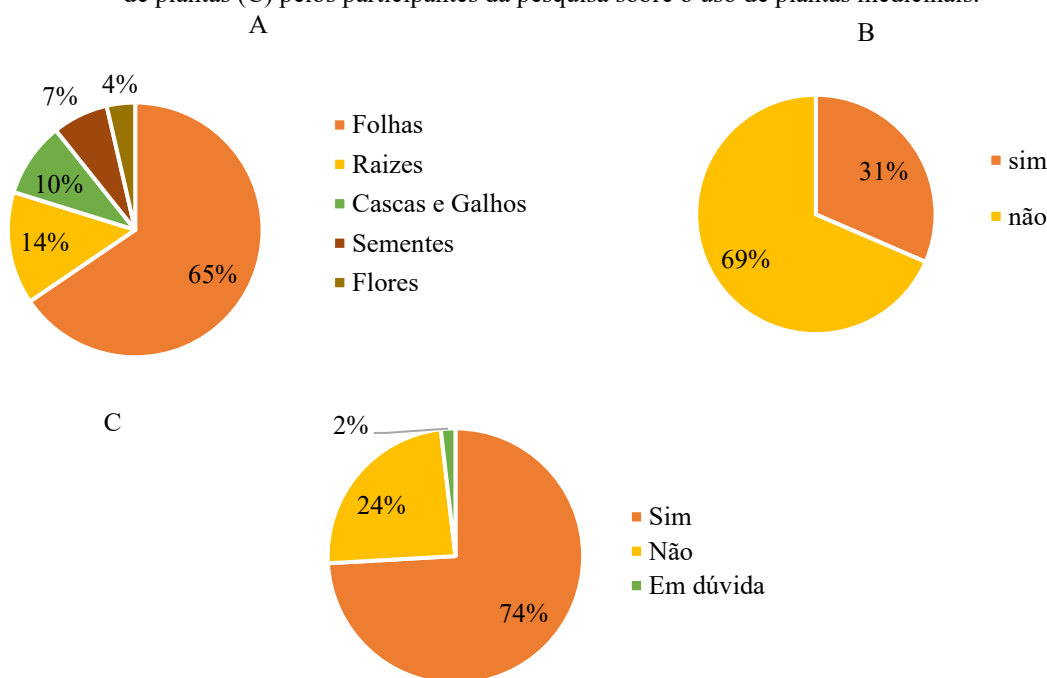
Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O cultivo próprio está associado ao conhecimento tradicional, ao interesse por práticas mais naturais e ao desejo de controle sobre o que é consumido. Já a compra pode estar relacionada à praticidade e à impossibilidade de cultivar determinadas espécies em ambientes urbanos. Conforme aponta Silva, Gomes e Lima (2020), o acesso a plantas medicinais, tanto por meio do cultivo quanto da compra, evidencia a continuidade do uso tradicional mesmo em ambientes urbanos, representando uma ponte importante entre o saber ancestral e o contexto contemporâneo.

A preferência por chás pode ser explicada pela facilidade de preparo, acessibilidade dos ingredientes e ampla difusão cultural. Para além de sua funcionalidade, o chá representa uma prática carregada de simbolismo e afeto. A infusão é uma das formas mais eficazes de extração dos princípios ativos das plantas, além de ser tradicionalmente associada ao cuidado familiar e à transmissão de saberes entre gerações (Fonseca; Souza, 2017).

Já em relação as partes da planta utilizadas (Figura 5A), observou-se que, as folhas são a parte mais utilizada (65%) pelos participantes, seguidas por raízes (14%), cascas e galhos (10%), sementes (7%) e flores (4%). Em relação ao uso simultâneo de mais de uma planta (Figura 5B), 69% dos participantes afirmaram que utilizam, enquanto 31% responderam que não misturam plantas diferentes. Entretanto, quando questionados se as plantas medicinais poderiam causar algum mal, a maioria dos entrevistados (74%) reconheceu essa possibilidade, porém 24% acreditam que não e, 2% declararam estar em dúvida (Figura 5C).

Figura 5. Partes utilizadas da planta (A), uso simultâneo de mais de uma planta (B) e percepção sobre os riscos do uso de plantas (C) pelos participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Essa predominância de uso das folhas pode estar associada à facilidade de obtenção e à disponibilidade sazonal. Outro fator que pode favorecer o uso das folhas, é que sua manipulação costuma ser simples, facilitando o preparo e aplicação. Então, a escolha pelas folhas revela não apenas uma preferência prática, mas também a permanência de saberes tradicionais que identificam as partes

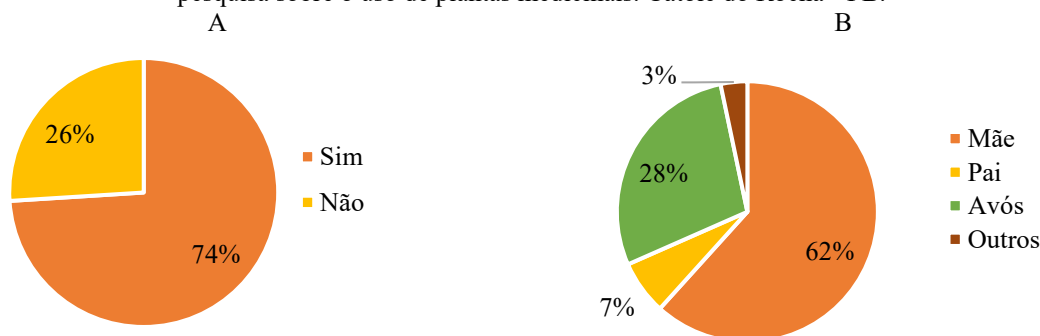
mais eficazes para serem utilizadas. Essa observação amplia a compreensão sobre o uso popular das plantas medicinais e reforça o valor do conhecimento empírico no cuidado à saúde.

Já o uso combinado de espécies vegetais é uma prática tradicional bastante difundida e frequentemente utilizada, com o objetivo de potencializar os efeitos terapêuticos ou tratar múltiplos sintomas de forma integrada ou mesmo por ser uma prática milenar em diversas culturas. Contudo, como alertam Veiga Júnior; Pinto e Maciel (2005), a combinação de plantas pode gerar interações fitoterápicas indesejadas, resultando em efeitos adversos, redução da eficácia e até toxicidade. Essa prática é, muitas vezes, sustentada pela crença de que, por serem naturais, as plantas são sempre seguras, o que nem sempre é verdade. Muitas pessoas tendem a subestimar os riscos potenciais do uso concomitante de fitoterápicos com medicamentos alopáticos, o que pode levar a interações perigosas.

Ressalta-se que, embora o uso dessas plantas possa trazer benefícios significativos, é imprescindível o uso consciente e respaldado por orientação técnica para garantir sua segurança e eficácia (Rates, 2001). A percepção demonstrada pelos participantes indica um avanço na conscientização sobre os limites do saber tradicional, reforçando a importância da educação em saúde e do acompanhamento por profissionais de saúde habilitados em fitoterapia para garantir o uso seguro das plantas medicinais.

Sobre o uso coletivo de plantas medicinais no ambiente domiciliar, observou-se que 74% dos entrevistados afirmaram que todos os membros de sua residência fazem o uso de algumas dessas plantas, enquanto 26% responderam negativamente (Figura 6A). Verificou-se nas respostas a inclusão apenas de figuras familiares, nesse sentido, a influência ao uso ou manejo de preparação de plantas medicinais é predominantemente pela mãe (62%) e, em menor quantidade pelos avós (28%) e, pelo pai (7%) (Figura 6B).

Figura 6. Utilização pela família (A) e principais influências no uso (B) de plantas medicinais pelos participantes da pesquisa sobre o uso de plantas medicinais. Catolé do Rocha - PB.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

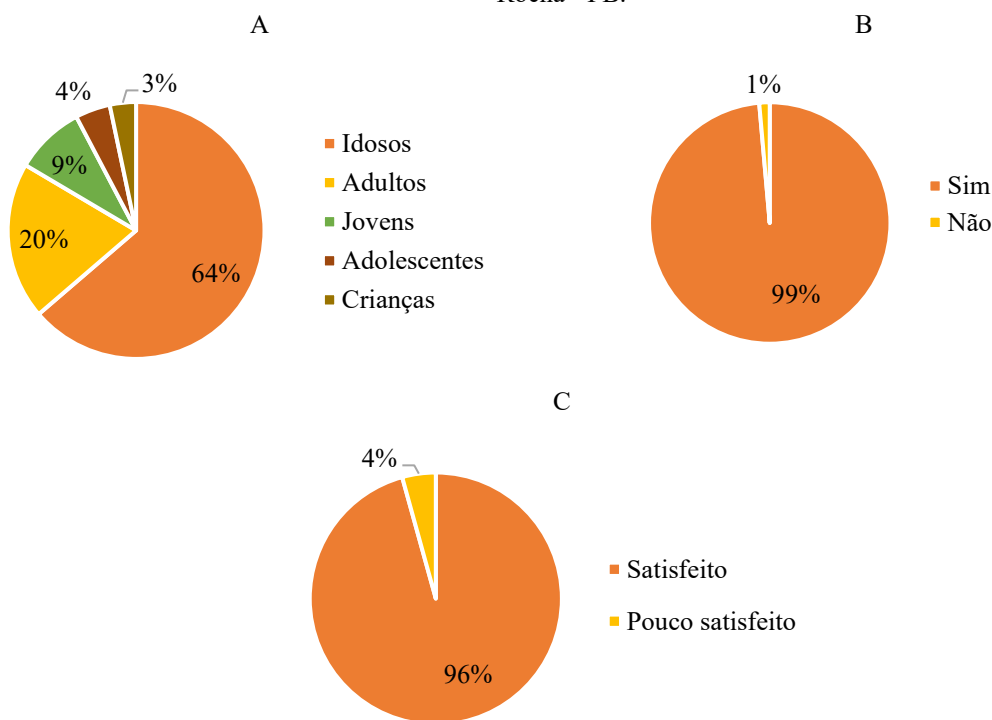
Esses resultados evidenciam o caráter comunitário e familiar do uso de plantas medicinais, indicando que essa prática ultrapassa o nível individual e está profundamente inserido na dinâmica cotidiana das famílias. Esse comportamento reforça o papel da família como principal transmissora do conhecimento tradicional relacionado ao uso das plantas. Além disso, evidencia a forte presença materna na transmissão de saberes e práticas relacionadas ao uso dessas terapias. Essa tendência reflete a confiança e proximidade que os indivíduos mantêm com suas mães, geralmente responsáveis pelo cuidado da saúde e bem-estar da família.

Historicamente as mulheres exercem o papel de cuidadoras no ambiente doméstico, o que as aproxima do uso e da valorização de terapias alternativas, como as plantas medicinais (Schraiber; Teixeira, 2008). Além disso, o uso de plantas medicinais é mais comum entre mulheres, especialmente por sua ligação com o autocuidado e a prevenção de doenças no contexto familiar, o que as torna fontes confiáveis de informação e orientação para os demais membros da casa (Dias; Moreira; Pereira, 2019). A influência significativa dos avós, por sua vez, ressalta o papel da família na preservação e na transmissão intergeracional de práticas culturais e de saúde.

Nesse contexto, o ambiente familiar configura-se como um espaço privilegiado de aprendizagem informal. Como afirma Amorozo (2002), o saber etnobotânico é frequentemente perpetuado de forma oral e prática, sendo compartilhado entre gerações. Essa transmissão contínua contribui para a incorporação do uso das plantas medicinais desde a infância, consolidando-as como parte da rotina de cuidado com a saúde.

Quando os participantes foram indagados sobre quais faixas etárias mais fazem uso de plantas medicinais (Figura 7A), os participantes apontaram, majoritariamente, os idosos (64%) como principais usuários. As demais faixas etárias obtiveram porcentagens bem menores: adultos (20%), jovens (9%), adolescentes (4%) e crianças (3%). Quando questionados se indicariam o uso de plantas medicinais para outras pessoas (Figura 7B), 99% dos participantes responderam que sim, evidenciando uma forte confiança na eficácia e segurança dessas práticas terapêuticas. Já em relação à satisfação com o uso de plantas medicinais, 96% dos participantes declararam-se satisfeitos (Figura 7C).

Figura 7. Distribuição da percepção de qual faixa etária mais utiliza plantas medicinais (A), indicação de uso (B) e satisfação com o uso (C) de plantas medicinais, pelos participantes da pesquisa sobre o uso dessas plantas. Catolé do Rocha - PB.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os resultados obtidos com essa pesquisa corroboram com estudos que destacam os idosos como os principais detentores e praticantes do conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais. Segundo Ferreira *et al.* (2020), essa população tende a recorrer mais frequentemente a práticas naturais, tanto por fatores culturais quanto pela experiência acumulada ao longo da vida. O predomínio dessa percepção entre os respondentes também sinaliza uma possível lacuna geracional na transmissão de conhecimentos etnobotânicos. Como observam Lins Neto, Peroni e Albuquerque (2012), o distanciamento das gerações mais jovens em relação a práticas tradicionais pode levar à gradual perda desse saber, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à valorização e preservação desses conhecimentos.

O uso de plantas medicinais, além de estar enraizado na cultura popular, é frequentemente associado a experiências positivas e à sensação de autonomia no cuidado com a saúde (Lima; Oliveira; Santos, 2020). A indicação a terceiros pode também refletir um reconhecimento coletivo do valor terapêutico dessas práticas, mesmo entre indivíduos que eventualmente conciliam o uso com tratamentos convencionais.

Além disso, esses dados reforçam a ideia de que, para a maioria dos usuários, essas práticas cumprem suas finalidades terapêuticas e promovem bem-estar. Como pontua Luz (2005), a satisfação

com o uso de terapias naturais está frequentemente relacionada à valorização do saber tradicional e à percepção de que os tratamentos são menos agressivos ao organismo.

A elevada taxa de satisfação e de recomendação entre os participantes também pode ser interpretada como um indicativo da continuidade e da valorização do conhecimento etnobotânico. Assim, os dados evidenciam não apenas uma ampla aceitação, mas também um comprometimento coletivo com a continuidade do uso de plantas medicinais no cotidiano acadêmico, reforçando a importância de se integrar saberes populares ao debate científico sobre saúde.

4 CONCLUSÕES

O uso de plantas medicinais permanece como uma prática significativa mesmo em ambiente acadêmico, sendo fortemente influenciado por aspectos culturais, sociais e familiares. A maioria do público acadêmico da Universidade Estadual da Paraíba, Campus IV, utiliza ou já utilizou plantas medicinais para o tratamento de alguma doença, demonstrando a relevância e a manutenção dos saberes tradicionais.

As mulheres, especialmente as mães, e os idosos exercem um papel central na transmissão desses conhecimentos, atuando como referências e mantenedores de práticas que muitas vezes atravessam gerações. Percebe-se uma convivência entre o conhecimento tradicional e o científico, demonstrando a possibilidade de integração entre diferentes formas de entender e cuidar da saúde. E, portanto, ações educativas, projetos interdisciplinares e políticas públicas voltadas à promoção do uso consciente e seguro das plantas medicinais, podem promover essa interrelação.

O fortalecimento do diálogo entre tradição e ciência é fundamental para a construção de práticas mais seguras e respeitadas, que considerem a diversidade de saberes e contribuam para a valorização da cultura local e para a formação de uma comunidade acadêmica mais informada e consciente.

REFERÊNCIAS

- ABIFISA. Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar de Promoção da Saúde. Plantas medicinais. Disponível em: <https://abifisa.org.br> Acesso em: 20 dez 2024.
- ALMEIDA, E. R. Plantas medicinais brasileiras: conhecimento popular e científico. São Paulo: Editora: Henus Ltda. 1993.
- AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. Caderno de Saúde Pública, v. 18, n. 5, p. 147-157, 2002.
- BATALHA, M. O. et al. Plantas medicinais no Estado de São Paulo: situação atual, perspectivas e entraves ao desenvolvimento. Disponível em: http://www.sisflor.org.br/fe15_4.asp. Acesso em: 29 jul 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC-SUS. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos/Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- DIAS, R. I.; MOREIRA, L. F. P.; PEREIRA, A. F. Práticas de uso de plantas medicinais no contexto doméstico: um estudo com mulheres usuárias do SUS. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 21, n. 4, p. 374-382, 2019.
- FERREIRA, M. et al. Introdução e condução dos métodos mistos de pesquisa em educação física. Pensar a Prática, v. 23, e59905, 2020.
- FONSECA, S. A.; SOUZA, T. P. A fitoterapia no cotidiano: práticas, saberes e cuidados. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 19, n. 3, p. 452-460, 2017.
- FORZZA, R. et al. Lista das Espécies da Flora do Brasil. Flora do Brasil 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 01 abr 2024.
- FREITAS, V. S.; RODRIGUES, R. A. F.; GASPI, F. O. G. Propriedades farmacológicas da Aloe vera (L.) Burm. F. Revista Brasileira de Plantas Medicinais. v. 16, n 2, p. 299-307, 2014.
- LIMA, T. C.; OLIVEIRA, A. R. S.; SANTOS, J. M. O uso de plantas medicinais na contemporaneidade: práticas de cuidado e resistência cultural. Revista Interfaces Científicas: Saúde e Ambiente, v. 8, n. 2, p. 34-44, 2020.

LINS NETO, E. M. F.; PERONI, N.; ALBUQUERQUE, U. P. Traditional knowledge and management of medicinal plants in the semi-arid region of northeastern Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2012.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum. Primeira edição, 2006.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

LUZ, M. T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no século XXI. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, p. 385-393, 2005.

MARINHO, M. G. V.; SILVA, C. C.; ANDRADE, L. H. C. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em área de caatinga no município de São José de Espinharas, Paraíba, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 13, n. 2, p. 170-182, 2011.

MARTINS, E. R. et al. Plantas medicinais. Viçosa: UFV. 220 p. 2000.

OLIVEIRA, F. Q. P.; ANDRADE, T. M.; LIMA, S. G. Conhecimento e uso de plantas medicinais por estudantes universitários. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 19, n. 1, p. 34-40, 2017.

PANIZZA, S. Fitoterapia: vade-mécum de plantas medicinais. São Paulo: Robe Editorial, 2015.

PATRÍCIO, K. P. et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 677-686, 2022.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A. H. The useful plants of tambopata, peru: ii. Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. *Economic Botany*, v. 47, n. 1, p. 33-43, 1993.

RATES, S. M. K. Plantas medicinais: do conhecimento popular à prova científica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p. 13-28, 2001.

SCHRAIBER, L. B.; TEIXEIRA, C. F. Mulheres e práticas de cuidado: aproximações e distanciamentos entre saberes e fazeres populares e profissionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, supl. 2, p. 283-293, 2008.

SILVA, M. A.; SILVA, M. A. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, e310218, 2021.

SILVA, T. C.; GOMES, I. F.; LIMA, K. M. O uso de plantas medicinais no contexto urbano: saberes tradicionais em territórios populares. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 22, n. 1, p. 27-35, 2020.

THUM, M. A. et al. Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do sul do Brasil. *Revista Gaúcha Enfermagem*, v. 32, n. 3, p. 576-582, 2011.

VEIGA JÚNIOR, V. F.; PINTO, A. C.; MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura? *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 15, n. 1, p. 68-72, 2005.